



casadesarmento

centro de estudos do património

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

O PROBLEMA DE GLOZEL E OS CIENTISTAS PORTUGUESES.

CARDOSO, Mário

Ano: 1927 | Número: 37

Como citar este documento:

CARDOSO, Mário, O Problema de Glozel e os cientistas portugueses. *Revista de Guimarães*, 37 (4) Out.-Dez. 1927, p. 177-181.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmento.uminho.pt

URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

O problema de Glozel e os cientistas portugueses

Chegamos talvez um pouco tarde. O debate científico de Glozel não estará por certo arrumado, mas está indubitavelmente esgotado no seu interesse inédito.

Estranhável seria, todavia, que uma Revista com os intuitos da nossa se excluísse de um problema de carácter arqueológico tão contestado, quando é certo que até as fôlhas noticiosas diárias o têm tratado largamente. O diletantismo público, incapaz de consagrar um momento de atenção a um assunto científico versado em duas páginas de uma revista da especialidade, é contudo susceptível de se apaixonar por êsse mesmo assunto, se lho apresentarem, sob certo aspecto ruído e imprevisível, entre um folhetim de aventuras e uma coluna de cotações de Bôlsa. Não condenamos, evidentemente, a vulgarização científica, tão preciosa quão útil a um público como o de hoje, absorvido na vertigem utilitária da vida moderna; porém, uma coisa é a vulgarização, superficial mas honesta, feita em revistas próprias (1), outra coisa é a «chantage» jornalística que amesquinha os assuntos e lhes tira todo o carácter científico.

Explorado pois o filão na imprensa diária e tratado com maior ou menor critério nas revistas de vulgarização e da especialidade, nada poderemos acrescentar de interessante ao problema debatido, amalgamado e banalizado de Glozel.

Não deixaremos todavia de emitir algumas palavras a propósito, e de citar alguns factos àcerca da questão, incidental mas fundamental, — a invenção do alfabeto e os povos do Ocidente.

A determinante que provocou a acuidade das controvérsias sôbre Glozel não foi prôpriamente o facto de se tratar de uma esta-

(1) Veja, por exemplo, nos magazines — «Je sais tout»: *Le problème de Glozel* par H. de Varigny—1927—pág. 100, 154, 480; «L'Illustration»: *Une visite aux fouilles de Glozel* par Jean Labadié—1927—n.º 4409, pág. 212; *Les fouilles de la comission d'enquête*—n.º 4420, pág. 551; *Sur le gisement de Glozel*—n.º 4426, pág. 760; «La Esfera»: *Un gran debate arqueológico*—1927—n.º 724, pág. 31; etc.

ção neolítica ou galo-romana, da sua autenticidade ou mistificação, mas de uma derivante da descoberta — isto é, de as inscrições indecifradas ali aparecidas em tijolos sugerirem ou fazerem prever a existência de uma escrita alfabética no mundo ocidental, ainda no período neolítico antigo, vários milénios a. C. (1), vindo assim abalar, senão derruír, o princípio comodamente aceite e preestabelecido de que os Fenícios foram os primeiros inventores de um alfabeto que mais tarde se espalhou a todo o Ocidente (2).

Esta opinião arrojada cuja possibilidade a ciência de hoje tende a admitir, foi lançada pela primeira vez, como já tem sido lembrado, por vários cientistas portugueses (3) há mais de trinta anos! Simplesmente não teve então a retumbância das descobertas de Glozel, porque a afirmação se fez em língua portuguesa, num meio científico restrito, acanhado, onde os primeiros a desmerecer de tudo o que é nacional são os próprios Portugueses. Já dizia José Caldas, a propósito da pequena expansão da Obra admirável de Sarmento: «Uma das maiores desgraças, senão, em meu juízo, a principal, que pode suceder a um escritor, que se consagra a uma obra útil, é ter, para instrumento das suas revelações, uma língua que poucos entendem» (4).

A hipótese de um alfabeto ocidental, independente do alfabeto fenício (e do qual êste porventura tivesse até derivado), foi, pela primeira vez, considerada com desenvolvimento e precisão por Estácio da Veiga (5). Se bem que as conhecidas inscrições do Algarve datem da Idade do ferro, o investigador, discorrendo sobre um fragmento de cerâmica com caracteres lineares do mesmo tipo (ibéricos), aparecido na *Cueva de los Murciélagos* (Andaluzia) (6), do neolítico final, é levado à conclusão da existência de uma epigrafia luso-ibérica remontando ao último período da Idade da pedra polida, e portanto

(1) Segundo a classificação de Déchelette («Archéologie préhistorique, celtique et gallo-romaine»), o neolítico final termina em 2500 a. C., data em que tem início o eneolítico ou 1.ª idade do bronze.

(2) O alfabeto fenício deve remontar a 1200 a. C., pois nos séculos XV e XIV a. C. a escrita usada na Fenícia e em toda a Asia Menor era a cuneiforme (vide «La civilisation phénicienne» — Dr. G. Contenau — Paris — Ed. Payot — 1926 — pág. 314).

(3) Estácio da Veiga, João Bonança, P. es Brenha e Rafael Rodrigues, Ricardo Severo, etc.

(4) Número Especial da «Revista de Guimarães» — 1900 — pág. 67.

(5) «Antiguidades Monumentaes do Algarve» — Lisboa, Imp. Nac. — 1891 — vol. IV, pág. 275 e seg.

(6) Veja «Antiguidades prehistoricas de Andalucia», por D. Manoel de Gongora y Martinez — Madrid — 1868.

muito anterior à colonização fenícia da Ibéria. Mas a afirmação foi lançada em Portugal e a ciência europeia não se alvorçou...

Passam alguns anos e o R. P.^e José Brenha, auxiliado pelo P.^e Rafael Rodrigues descobre, nos dólmenes de Alvão (junto da povoação de Carrizado do Alvão, a 10 quilómetros de Vila Pouca de Aguiar, Trás-os-Montes) (1), umas célebres placas de pedra com sinais alfabéticos (aos quais os actuais caracteres de Glozel se assemelham flagrantemente) (2), notabilíssima descoberta pela antiguidade que revelava (3). Mas o problema ainda desta vez não causou o menor ruído no mundo científico e apesar de ser dado à publicidade em 1903, numa revista portuguesa de grande expansão e probidade literária, como era a «Portugália» do Sr. Ricardo Severo (4), chegou a duvidar-se da autenticidade do achado. Parece-nos curioso referir aqui o alvoroço quasi infantil com que, ainda não divulgada a importante descoberta, o R. P.^e Brenha a revelava a Martins Sarmento. Transcrevemos, com a devida vénia, duma carta de Brenha para Sarmento, de 12-1-99, conservada no Arquivo da S. M. S.: «...*Agora um novo achado! Duas inscrições da epocha dos dolmens!!! Todos os epigraphistas ficarão de bocca aberta! Os phenicios usaram ou até inventaram os caracteres alphabeticos, mas os homens neolithicos d'esta região usaram já de signaes ideographicos ou mesmo phoneticos. Estas duas inscrições vou mandal-as já photographar (pelo facil transporte que dão; são de pequenas dimensões) e farei então a descripção d'ellas com os considerandos que julgar proprios. Remetterei a V. Ex.^a photographias para que uma seja enviada ao Dr. Hübner.*»

(1) O espólio destes dólmenes encontrava-se no Museu Rafael Rodrigues, em Telões, Vila Pouca de Aguiar, e no Museu Brenha, na Póvoa de Varzim; presentemente julgamos estar depositado no Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Pôrto.

(2) Há uma evidente semelhança gráfica, que não corresponderá naturalmente a uma semelhança fonética, entre os caracteres dos alfabetos fenícios, luso-ibéricos (tanto da Idade do bronze e do ferro — inscrições transtaganas e do Algarve, como do período neolítico — Cueva de Ios Murciélagos, Alvão, etc.) e os de Glozel.

(3) Os achados de Alvão foram classificados no neolítico final (veja o — Quadro sinóptico da cultura ibérica desde o neolítico final até principios da Idade do bronze, estabelecido por Bosch Gimpera em *La Arqueologia prerromana hispanica*, aditamento à «Hispania» de Schulten — Barcelona — 1920 — pág. 173).

(4) Veja vol. 1.^o, 1899-1903, pág. 687 e seg. — *Dolmens ou antas no concelho de Villa Pouca d'Aguiar*, pelo R. P.^e José Brenha. Já em 1895 o 1.^o vol. d-*O Archeologo Português*, a pág. 36, se referia a estes dólmenes.

Com efeito Sarmiento consultou o autor do trabalho monumental sôbre as línguas ibéricas (1), mas a resposta não foi satisfatória, e as inscrições continuaram (e continuam ainda) indecifradas. O problema destas curiosíssimas inscrições foi dos últimos, senão o último que assoberbou o espírito de Sarmiento. Em Junho de 99 escrevia êle ao R. P.^e Rodrigues, colaborador de Brenha: «... *Ainda não estou restabelecido da minha molestia, que tanto me tem torturado; mas nos poucos intervalos de descanso não tenho feito mais do que mirar e remirar a curiosissima velharia que me mandou, sem mesmo ir folhear os Monumenta Linguae Ibericae, a ver se d'ahi me vem alguma luz! Vou mandar uma copia da inscripção ao auctor d'aquella obra, o Hübner, com pouca esperança, diga-se a verdade, de que venha da sabia Allemanha alguma coisa de decisivo. Não ha remedio senão confessarmos todos, que não sabemos nada, e ir trabalhando para os outros.*» E em Julho, poucos dias antes de morrer: «... *Estou martyrisado com dôres e não sei se lhe poderei dizer mais alguma coisa a respeito da nossa interessantissima e obscura inscripção, que tanto desejava vêr decifrada — remetto a resposta do Hübner. — E' interessantissima e curiosa a inscripção que se dignou mandar-me, mas indecifrável como todas as suas irmãs ibéricas. Os nossos avós estiveram de proposito para nos deixar enigmas a resolver; viveremos nós até os poder decifrar?! Creio que não.*»

Como se vê daqui, também a M. Sarmiento interessou vivamente, como não podia deixar de ser, a questão das inscrições ibéricas do período neolítico, não se conservando indifferente, como o fizeram vários estudiosos portugueses e estrangeiros, a uma descoberta que vinha assim abrir novos pontos de vista aos estudos da Pre-história.

Seja, portanto, Glozel uma estação do neolítico inicial, com alguns milhares de anos de existência, como querem Van Gennep, etnógrafo e um dos redactores do «Mercure de France», S. Reinach, Espérandieu, da Academia das Inscrições, Loth e outros; seja, muito posterior, a casa de algum «feiticeiro» galo-romano, do século III da nossa era, como pretende Camille Jullian, autor eminente da «Histoire de la Gaule», o Conde Bégouen, L. Franchet, etc.; seja uma estação arqueológica de verdade (2), ou uma pura mistifi-

(1) Os monumentos da escrita e línguas ibéricas foram reunidos por Hübner nos seus «Monumenta Linguae Ibericae» — Berlim — 1893.

(2) Alguns investigadores como Henri Breuil, Capitan, Leite de Vasconcelos e Mendes Correia, embora convencidos da autenticidade da estação, conser-

cação, como insinua René Dussaud, conservador do Museu do Louvre (!) — o que é inegável é que as afirmações dos nossos estudiosos a propósito de um alfabeto primitivo no Ocidente, na Idade da pedra, às quais ninguém ligou até hoje importância de maior, começam a ser, se não plenamente confirmadas, pelo menos discutidas com cuidado e profundo interesse. Nesta prioridade da descoberta pelos nossos scientistas nunca será de mais insistir, para que seja dado «o seu a seu dono». Eis a razão destas breves considerações que, embora cheguem tarde e nada adiantem propriamente sobre o debatido caso de Glozel, chegam sempre a tempo, pelo que representam de justa reivindicação para a ciência portuguesa.

M. C.

vam-se na expectativa quanto à cronologia da mesma. Este último scientista honrou o nome português no Congresso Antropológico de Amsterdam, em Setembro passado, onde se debateu o assunto de Glozel e, por seu alvitre, se resolveu nomear uma Comissão internacional composta de sete membros, da qual fez parte o grande pre-historiador espanhol Bosch Gimpera, para se pronunciar sobre a autenticidade dessa estação arqueológica. Porém, longe de esclarecerem a questão, os Árbitros apresentaram um relatório ambíguo e pouco satisfatório para a Ciência.

(1) A «Revue des Deux Mondes», pela pena de Robert de la Sizeranne (n.º de 15 de Novembro passado, pág. 376 e seg.: *À propos de Glozel — Réflexions sur les faux en art*), pronuncia-se pela mistificação, insinuando que o orgulho das afirmações premitidas se não conforma, geralmente, com a verdade dos factos, resultando daí que a defesa tenaz de uma opinião estabelecida representa quasi sempre uma luta pela «infallibilidade», pessoal, que não pela própria evidência. E cita vários casos curiosos de mistificação, como o de um *Cupido adormecido*, da autoria de Miguel Ângelo, primorosa obra de arte que, para adquirir a *patine*, foi primeiramente enterrada e depois vendida ao Cardeal Riário como uma autêntica e antiqüíssima preciosidade clássica, de autor desconhecido. Não lhe bastava a beleza intrínseca, como obra de arte; precisava do «cachet», da antiguidade, para os coleccionadores lhe darem o verdadeiro apêço.

O certo é que, sendo vulgar a falsificação de uma peça isolada de arqueologia (artística, industrial, etc.), não nos parece possível a falsificação de toda uma estação arqueológica, cujos achados os mais variados, como os de Glozel (ídolos de barro, vasos, fragmentos de schisto, harpões, tijolos, agulhas de osso, etc.), já enchem as estantes de um pequeno museu (o Museu Fradin, em Glozel, em casa do proprietário do terreno das escavações). Salvo as devidas proporções, seria como se nos viessem agora afirmar que a Citânia de Briteiros era obra de um mistificador que pretendeu divertir-se à custa dos futuros investigadores!